

# TRIBUNAIS DE CONTAS

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS I (b)
	(Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												
	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/22	JUN/22	JUL/22	AGO/22	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	12.874.905,11	12.913.339,96	12.665.342,74	12.525.633,89	30.710.671,34	13.271.352,34	13.072.129,97	12.855.008,79	26.556.274,90	13.304.049,95	22.202.291,78	25.268.881,07	208.219.881,84
Pessoal Ativo	10.640.216,36	10.647.641,56	10.471.680,04	10.356.336,72	28.526.324,36	10.591.298,45	10.778.325,35	10.573.977,04	24.275.243,15	11.018.884,93	19.921.260,03	20.898.263,40	178.699.451,39
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.941.300,58	8.933.949,83	8.767.076,49	8.649.123,39	26.804.286,19	8.771.937,26	9.011.967,08	8.825.593,94	22.516.022,31	9.257.819,41	18.156.958,19	17.379.099,45	156.015.134,12
Obrigações Patronais	1.698.915,78	1.713.691,73	1.704.603,55	1.707.213,33	1.722.038,17	1.819.361,19	1.766.358,27	1.748.383,10	1.759.220,84	1.761.065,52	1.764.301,84	3.519.163,95	22.684.317,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.234.688,75	2.265.698,40	2.193.662,70	2.169.297,17	2.184.346,98	2.680.053,89	2.293.804,62	2.281.031,75	2.281.031,75	2.285.165,02	2.281.031,75	4.370.617,67	29.520.430,45
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.725.242,82	1.752.300,51	1.696.202,15	1.685.265,74	1.697.169,54	2.193.186,18	1.807.044,32	1.797.000,32	1.797.000,32	1.801.133,59	1.797.000,32	3.434.343,09	23.182.888,90
Pensões	509.445,93	513.397,89	497.460,55	484.031,43	487.177,44	486.867,71	486.760,30	484.031,43	484.031,43	484.031,43	484.031,43	936.274,58	6.337.541,55
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.785.452,46	2.076.669,21	1.951.864,92	1.934.548,98	19.833.529,69	1.965.137,63	2.216.076,63	2.038.653,37	15.707.832,52	2.461.124,16	11.288.877,70	5.344.813,57	68.604.580,84
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	,00	41.115,73	59.185,20	51.229,13	21.102,51	,00	13.202,00	96.977,55	1.100.883,69	538.977,49	1.238.547,48	289.483,21	3.450.703,99
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	,00	,00	,00	,00	,00	33.824,00	33.824,00	33.824,00	33.824,00	33.824,00	33.824,00	67.648,00	270.592,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	18.512,81	217.537,03	59.230,85	46.133,08	17.942.260,83	15.976,56	137.955,56	22.643,47	12.695.953,34	4.093,45	8.130.101,96	1.212.115,47	40.502.514,41
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.766.939,65	1.818.016,45	1.833.448,87	1.837.186,77	1.870.166,35	1.915.337,07	2.031.095,07	1.885.208,35	1.877.171,49	1.884.229,22	1.886.404,26	3.775.566,89	24.380.770,44
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.089.452,65	10.836.670,75	10.713.477,82	10.591.084,91	10.877.141,65	11.306.214,71	10.856.053,34	10.816.355,42	10.848.442,38	10.842.925,79	10.913.414,08	19.924.067,50	139.615.301,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>								<b>VALOR</b>				<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								34.296.177.567,37				-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)								11.565.061,17				-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)								86.310.663,00				-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)								34.198.301.843,20				-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)								139.615.301,00				0,41	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)								205.189.811,06				0,60	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)								194.930.320,51				0,57	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)								184.670.829,95				0,54	

FONTE: SIAFEM/PA; DIROR/DIORF, 26/jan/23 às 10h.

Nota 1: Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2: No 1º qua/2022, no mês de janeiro, foi inscrito indevidamente, em Despesas de Exercícios Anteriores, o valor de R\$ 18.512,81 (R\$ 2.746,31 Ativo; R\$ 15.766,50 Inativo), e no mês de fevereiro - R\$ 15.766,50 Inativo. Esses valores foram ajustados no mês de maio/2022, por estarem no período de apuração do RGF.

Nota 3: A despesa com Pessoal, obedece a Resolução nº 17.793/2009 do TCE/PA.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ  
Conselheira Presidente

ADÉLIA MONTEIRO  
Diretora de Orçamento e Finanças

ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO  
Coordenador de Controle Interno

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	80.690.333,03	0,00	3.411.319,26	0,00	1.042.090,15	76.236.923,62	14.806.638,57	0,00	61.430.285,05
Recursos Ordinários	66.629.111,18	0,00	3.411.319,26	0,00	1.042.090,15	62.175.701,77	14.806.638,57	0,00	47.369.063,20
Outros Recursos Não Vinculados	14.061.221,85	0,00	0,00	0,00	0,00	14.061.221,85	0,00	0,00	14.061.221,85
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	4.969.619,99	0,00	1.720,76	0,00	0,00	4.967.899,23	0,00	0,00	4.967.899,23
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos de Operação de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios									
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos									
Outros Recursos Extraorçamentários									
Outros Recursos Vinculados	4.969.619,99		1.720,76			4.967.899,23		0,00	4.967.899,23
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	85.659.953,02	0,00	3.413.040,02	0,00	1.042.090,15	81.204.822,85	14.806.638,57	0,00	66.398.184,28

FONTE: SIAFEM/PA; DIROR/DIORF, 26/jan/23 às 10h.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ  
Conselheira Presidente

ADÉLIA MONTEIRO  
Diretora de Orçamento e Finanças

ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO  
Coordenador de Controle Interno